

**ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ 4 (QUATRO) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDELJUSSÓRI
PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

celebrada em 05 de dezembro de 2013

por

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.,
como *Emissora*;

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
como *Agente Fiduciária*.

ÍNDICE

CLÁUSULA I	AUTORIZAÇÃO	
CLÁUSULA II	REQUISITOS	
2.1.	DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS	4
2.2.	ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS	4
2.3.	INSCRIÇÃO DA ESCRITURA	4
2.4.	REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA	4
2.5.	REGISTRO DAS GARANTIAS	5
CLÁUSULA III	CARACTERÍSTICAS DA 3ª EMISSÃO	
3.1.	SÉRIES	5
3.2.	VALOR TOTAL DA EMISSÃO	5
3.3.	QUANTIDADE DE DEBÊNTURES	6
3.4.	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	6
3.5.	NÚMERO DA EMISSÃO	7
3.6.	ESCRITURADOR MANDATÁRIO E BANCO LIQUIDANTE	7
CLÁUSULA IV	CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	
4.1.	COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO	7
4.2.	DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES	8
4.3.	VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES	8
4.4.	FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES	8
4.5.	ESPÉCIE	9
4.6.	PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO	11
4.7.	PRazo DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO	11
4.8.	PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO	11
4.9.	REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES	12
4.10.	DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO	19
4.11.	VENCIMENTO ANTECIPADO	21
4.12.	PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO	30
4.13.	RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA	30
4.14.	MULTA E JUROS MORATÓRIOS	33
4.15.	DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS	33
4.16.	LOCAL DE PAGAMENTO	33
4.17.	PRIORIDADE DOS PRAZOS	33
4.18.	PUBLICIDADE	33
4.19.	REPACTUAÇÃO	34
4.20.	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	34
4.21.	RESTITUIÇÃO DE RECURSOS	34
CLÁUSULA V	OBRIGAÇÕES DA EMISSORA	
CLÁUSULA VI	AGENTE FIDUCIÁRIO	
CLÁUSULA VII	ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	
CLÁUSULA VIII	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	
CLÁUSULA IX	NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES	
CLÁUSULA X	DISPOSIÇÕES GERAIS	
CLÁUSULA XI	FORO	

**ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ 4 (QUATRO) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA
PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pela presente *“Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, e Até 4 (Quatro) Séries, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos Isolux Energia e Participações S.A.”* (respectivamente, *“Escritura”, “Emissão” e “Debêntures”*),

na qualidade de emissora,

- i) **ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.813, Centro, CEP 20020-080, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob o nº 04.726.861/0001-0, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social (“Companhia” ou “Emissora”); e,

na qualidade de agente fiduciário,

- ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) (“Debenturistas da Primeira Série”); dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) (“Debenturistas da Segunda Série”), dos titulares das Debêntures da Terceira Série (conforme abaixo definido) (“Debenturistas da Terceira Série”) e dos titulares das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definido) (“Debenturistas da Quarta Série”) e, quando em conjunto com Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Segunda Série e Debenturistas da Terceira Série, “Debenturistas” (a Companhia e o Agente Fiduciário são definidos cada qual como um “Parte” e, conjuntamente, as “Partes”);

em pela presente e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA I – AUTORIZAÇÃO

1. Esta Escritura é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 05 de dezembro de 2013 (“AGE”), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

- 1.1.1 A Emissora tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista. Ademais a Companhia pode explorar atividades nas áreas de infra-estrutura, eletricidade, eletrônica, mecânica, eletromecânicas, construção civil, instalações e montagem industriais, elétricas, hidráulicas, de telecomunicações e demais serviços de engenharia, poder

para tanto, participar de leilões, concessões, habilitar-se em licitações e formar sociedade propósito específico. A Companhia pode ainda, quando necessário e com a finalidade de cumprir objetivos sociais a que se propõe, realizar operações de compra e venda de materiais e equipamentos sempre que estas operações estejam relacionadas com o objeto social da Companhia.

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITALIS

2.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro 2009, conforme alterada, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação (respectivamente, "ICVM 476/09" e "Oferta Restrita").

2.1.2. A Emissão também não será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira e Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valor Mobiliários.

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. A ata de AGE da Emissora que aprovou a Emissão, bem como seus respectivos termos e condições será devidamente protocolada para registro perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e, após o respectivo arquivamento, será publicada pela Emissora no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil, de acordo com as disposições aplicáveis da Lei S.A.

3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA

2.3.1. Esta Escritura, seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") e atas de assembleias gerais debenturistas serão apresentados para registro na JUCERJA em até 3 (três) Dias Úteis contados respectivas assinaturas, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º respectivamente, da Lei S.A., devendo a Emissora enviar tempestivamente, após o respectivo registro na JUCERJA, 1 (um) via original da Escritura e seus eventuais Aditamentos ao Agente Fiduciário.

4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), e negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures estarão sujeitas aos controles de compensação e liquidação da CETIP quando custodiadas eletronicamente na CETIP.

- 2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas por investidores qualificados, assim definidos nos termos da ICVM 476/09 ("Investidores Qualificados"), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição e, aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme o caso, de acordo com os artigos 13 e 15 ICVM 476/09 e do cumprimento pela Emissora das obrigações estabelecidas pelo artigo 17 ICVM 476/09.

2.5. REGISTRO DAS GARANTIAS

- 2.5.1. As Garantias (conforme definido no item 4.5 abaixo) deverão ser registradas, na forma prevista nos Documentos das Garantias (conforme definido no item 4.5.2 abaixo), nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, conforme aplicável, e uma via registrada deverá ser entregue ao Agente Fiduciário tempestivamente após a data do respectivo registro.

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA 3ª EMISSÃO

3.1. SÉRIES

- 3.1.1. A Emissão será realizada em até 4 (quatro) séries ("Primeira Série", "Segunda Série", "Terceira Série" e "Quarta Série" e, quando em conjunto, designadas "Séries"), sendo as Debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da Primeira Série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as Debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da Segunda Série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série", as Debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da Terceira Série doravante denominadas "Debêntures da Terceira Série", as Debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da Quarta Série doravante denominadas "Debêntures da Quarta Série", e, as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série em conjunto, doravante denominadas "Debêntures", conforme definido acima.

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

- 3.2.1. O valor total da Emissão ("Valor Total") é de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), sendo o valor total da Primeira Série de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), o valor total da Segunda Série de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), o valor total da Terceira Série de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e o valor total da Quarta Série de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

3.2.1.1. A subscrição e integralização das Debêntures da Terceira Série e Debêntures da Quarta Série é opcional para a Emissora e estará ainda condicionada (i) a verificação do Reequilíbrio (conforme abaixo definido) de Macapá (conforme abaixo definido) e Xingu (conforme abaixo definido), através do mecanismo de aumento da Receita Anual Permitida ("RAP"), o qual deverá atingir um percentual mínimo de acordo com o disposto na cláusula 3.2.1.5 abaixo, e (ii) a confirmação pelo Agente Fiduciário da não ocorrência de qualquer hipótese de Vencimento Antecipado de obrigações pecuniárias, conforme o disposto nesta Escritura ("Condições Precedentes").

3.2.1.2. As Condições Precedentes serão verificadas pelo Agente Fiduciário através da comprovação pela Emissora da aprovação do Reequilíbrio (conforme abaixo definido) pelo poder concedente mediante apresentação de Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica - ("ANEEL" "Poder Concedente") comprovando a aprovação para o aumento do somatório das receitas anuais permitidas de Xingu e Macapá em pelo menos 15% (quinze por cento), conforme estabelecido no item 3.2.1.1 acima (para o item 3.2.1.1(i) acima) e do acompanhamento do Agente Fiduciário (para o item 3.2.1.1(ii) acima), conforme os procedimentos da Cláusula 4.11 abaixo no que tange aos descumprimentos pecuniários e quanto ao adimplemento de obrigações não pecuniárias mediante declaração da Emissora endereçada ao Agente Fiduciário. Os documentos e informações de responsabilidade da Companhia deverão ser encaminhados ao Agente Fiduciário no prazo de até (vinte) dias corridos anteriores à data da respectiva subscrição e integralização das Debêntures da Terceira Série e Debêntures da Quarta Série.

3.2.1.3. Caso quaisquer das Condições Precedentes não sejam observadas até quaisquer das datas previstas para fins de subscrição e integralização das Debêntures da Terceira Série e Debêntures da Quarta Série, não haverá a colocação das Debêntures da Terceira Série e Debêntures da Quarta Série, devendo as disposições desta Escritura aplicáveis a tais debêntures serem consideradas ineficazes e sem efeito, nos termos da lei.

3.2.1.4. A formalização da subscrição das Debêntures dar-se-á mediante a assinatura pelos Debenturistas dos respectivos boletins de subscrição.

3.2.1.5. Para os fins desta Escritura, "Reequilíbrio" significa a soma das RAPs de Xingu e Macapá após o reequilíbrio econômico-financeiro, dividido pela soma das RAPs anteriores ao reequilíbrio, sendo certo que tal fração deverá ser maior ou igual a 15% (quinze por cento), excetuando-se do cálculo qualquer reajuste derivado de revisão tarifária (quinquenal ou periódica).

3.2.1.6. O período de disponibilidade para a utilização das Debêntures da Terceira Série e Debêntures da Quarta Série será compreendido entre a Data de Emissão e 31 de dezembro de 2024 ("Data de Limite de Utilização"), sendo necessária a verificação e/ou o atendimento das Condições Precedentes, e demais condições estabelecidas no Contrato de Distribuição, para fins de colocação de tais debêntures.

3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.3.1. Serão emitidas até 200.000 (duzentas mil) Debêntures, sendo até 90.000 (noventa mil) Debêntures da Primeira Série, até 90.000 (noventa mil) Debêntures da Segunda Série, até 10.000 (dez mil) Debêntures da Terceira Série e até 10.000 (dez mil) Debêntures da Quarta Série.

4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3.4.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados para o refinanciamento das debêntures da 2ª emissão da Companhia, conforme a "Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da Isolux Energia e Participações S.A."

celebrada em 15 de dezembro de 2011 entre a Companhia e a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., bem como capital de giro da Companhia.

3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

3.5.1. A presente Escritura representa a 3ª (terceira) emissão pública com esforços restritos de colocação de debêntures da Emissora.

3.6. ESCRITURADOR MANDATÁRIO E BANCO LIQUIDANTE

3.6.1. O escriturador mandatário da Emissão e o banco liquidante das Debêntures serão (i) Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12; e (ii) Banco Bradesco S.A., acima qualificado ("Escriturador Mandatário" e "Banco Liquidante", respectivamente).

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita e destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, nos termos da ICVM 476/09 e do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Mista e Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Fidejussória, em Até 4 (Quatro) Séries, da 3ª Emissão da Isohex Energia e Participações S.A. ("Contrato de Distribuição").

4.1.1.1. A Oferta Restrita será realizada sob regime de garantia firme de colocação para Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Quarta Série, no montante de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) e no regime de melhores esforços de colocação para as Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Terceira Série, no montante de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores ("Coordenador Líder") observado o disposto na Cláusula 3.2.1.1 e/ou seq. acima no tocante à colocação das Debêntures da Terceira Série e Debêntures da Quarta Série.

4.1.2. No âmbito da Oferta Restrita: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; (ii) as Debêntures poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e (iii) cada Investidor Qualificado que participar da Oferta Restrita deverá subscrever Debêntures representando, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da ICVM 476/09.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrados e operacionalizados pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula IV.

- 4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assina declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na ICVM 476/09 e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definido no item 4.5 abaixo).
- 4.1.5. A totalidade das Debêntures será subscrita pelo VNU (conforme definido abaixo), sendo a subscrição da Primeira Série e da Segunda Série na mesma data e da Terceira Série e da Quarta Série, observando o disposto na Cláusula 3.2.1.1 *et seq* acima, na mesma data, de acordo com a Instrução CVM 476/09 e observado o Contrato de Distribuição. Não será concedido qualquer tipo de desconto e o Coordenador Líder a nenhum Investidor Qualificado interessado em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de limites máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, exceto pelos boletins de subscrição, conforme cláusula 3.2.1.4.
- 4.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.
- 4.1.7. O Coordenador Líder será responsável pela subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Quarta Série que não forem subscritas e/ou integralizadas no âmbito da Oferta Restrita, de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição.
- 4.1.8. As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Terceira Série serão distribuídas pelo Coordenador Líder em regime de melhores esforços de colocação, e, caso não sejam liquidadas pelos Investidores Qualificados, serão canceladas pela Emissora.

2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

- 2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2022 ("Data de Emissão").

3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

- 3.1. Cada uma das Debêntures terá valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário" ou "VNU").

4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

- 4.1. As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares certificadas e serão escrituradas junto ao Escriturador Mandatário. Para todos os fins de direito, a titularidade de cada Debênture será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, a CETIP expedirá extrato em nome do titular.

Debêntures – que servirá de comprovante de titularidade – com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente pela CETIP.

4.5. **ESPÉCIE**

4.5.1. As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das S.A. contando, ainda, com garantia fidejussória outorgada pela Garantidora (conforme definido abaixo (“Garantias”).

4.5.1.1. A garantia real é representada pela cessão fiduciária, nos termos da legislação aplicável conforme o “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*” (“*Contrato de Cessão Fiduciária*”):

(1) dos direitos relativos à conta corrente nº 199.672.001-5, agência 0001, mantida na modalidade de conta vinculada de titularidade da Emissora junto ao Banco Votorantim (“*Instituição Depositária*”) – identificado pelo nº 655 (“*Conta Vinculada*”), a serem depositados o valor equivalente a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) (“*Fundo de Reserva de Capital*”), corrigidos conforme disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, e dos direitos creditórios representados pela totalidade dos valores a que a Companhia fizer jus a título de dividendos, juros sobre capital próprio, recursos provenientes de redução de capital e quaisquer outros recursos que sejam pagos, concedidos ou distribuídos a seus acionistas ou sócios pelas Transmissoras (conforme definido abaixo) excetuando novos endividamentos, que não os Endividamentos Permitidos (conforme definido abaixo), tomados pelas Transmissoras que, nesse caso, poderão ir para uma conta de livre movimento da Companhia, conforme determinada no Contrato de Cessão Fiduciária (conjuntamente, os recursos a que a Companhia fizer jus, nos termos deste item 4.5.1.1) observadas as disposições dos itens (a) e (b) abaixo, as “*Distribuições*”):

(a) para as finalidades da garantia de que trata este item 4.5.1.1.(1), quaisquer valores a que a Companhia fizer jus a título de dividendos, juros sobre o capital próprio, ou outros provenientes de redução de capital social, distribuídos pelas seguintes sociedades: (1) Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (“*LENNE*”); (2) Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. (“*Xingu*”); (3) Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“*Macapá*”); (4) Jauru Transmissora de Energia S.A. (“*Jauru*”); (5) Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“*Cachoeira*”); (6) Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. (“*Taubaté*”); e (7) Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia Ltda. (“*Itacaiúnas*”) conjuntamente designadas “*Transmissoras*”; e

(b) a partir de 30 de junho de 2014, a totalidade das Distribuições deverá transitar para a Conta Vinculada, ficando estabelecido que a partir desta data e durante o prazo de vigência das Debêntures, deverão ser acumulados e/ou serão retidos na Conta Vinculada recursos suficientes ao pagamento da próxima parcela estimada de Remuneração (conforme definido abaixo) e da próxima parcela de amortização do VNU, na forma estabelecida nos termos dos Documentos das Garantias (conforme definido abaixo);

- 4.5.2. Para a ausência de dúvida, as garantias referidas no item 4.5.1 acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora e pela Garantidora, vigendo até a integral liquidação do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, incluindo, se limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido"), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, da presente Escritura e demais instrumentos jurídicos competentes para a formalização das Garantias, a serem firmados entre a Emissora, a Garantidora, o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária da Conta Vinculada (conjuntamente, "**Documentos das Garantias**").
- 4.5.3. Para os fins desta Cláusula IV, item 4.5, sem prejuízo das Garantias indicadas no item 4.5.1.1 (I), estabelecido que a Garantia de que trata o item 4.5.1.1 (II) acima representará, na data de liquidação financeira da Emissão, o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- 4.5.4. Os recursos que compõem o Fundo de Reserva de Capital poderão ser utilizados para complementar eventuais diferenças, decorrentes exclusivamente de flutuação dos índices de correção da dívida verificadas entre o valor projetado do próximo serviço da dívida na data de mensuração do ICSD e o valor efetivamente devido na data de seu vencimento. A sua utilização está obrigatoriamente condicionada à verificação do ICSD $\geq 1,0x$ quando da data de sua mensuração.
- 4.5.5. O Valor Máximo do Fundo de Reserva de Capital deverá ser depositado com no mínimo (sessenta) dias de antecedência em relação ao primeiro pagamento de juros das Debêntures na Conta Vinculada.
- 4.6. **PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO**
- 4.6.1. A totalidade das Debêntures será subscrita pelo VNU acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ("Preço de Subscrição").
- 4.6.2. As Debêntures serão integralizadas dentro do prazo de distribuição estabelecido pela ICVM 476/ e no Contrato de Distribuição, em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP.
- 4.7. **PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO**
- 4.7.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de até 6 (seis) anos e 5 (cinco) meses contados da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de maio de 2020 ("Data de Vencimento").
- 4.8. **PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO**
- 4.8.1. Ressalvado o disposto com relação ao Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo) às disposições acerca do vencimento antecipado das Debêntures (conforme disposto no item 4.2 abaixo), a amortização do VNU terá período de carência de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão ("Período de Carência"), sendo o primeiro pagamento realizado em dezembro/2015. O VNU será amortizado mediante o pagamento de 10 (dez) parcelas consecutivas, a partir do Período de Carência, nos percentuais evidenciados na tabela abaixo (cada qual, uma "Amortização"), sendo

primeira no dia 15 de dezembro de 2015 e, a última em 15 de maio de 2020, conforme a tabela abaixo.

# Amortização	Data	% de VNU objeto de Amortização
1	15/Dez/15	1,60%
2	15/Jun/16	3,30%
3	15/Dez/16	3,40%
4	15/Jun/17	7,60%
5	15/Dez/17	9,00%
6	15/Jun/18	12,30%
7	15/Dez/18	12,70%
8	15/Jun/19	12,80%
9	15/Dez/19	13,40%
10	15/Mai/20	24,00%
Total		100,00%

4.8.2. Observado o item 4.8.1 acima, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante notificação ao Agente Fiduciário, à CETIP e publicação de Aviso aos Debenturistas, nos termos da Lei das S.A., com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência, realizar amortizações extraordinárias limitadas a 90% (noventa por cento) do VNU ou saldo do VNU das Debêntures, de maneira *pro rata* entre todas as Debêntures ("Amortizações Extraordinárias"), em consonância com as disposições a seguir:

- (i) por ocasião de cada Amortização Extraordinária, conforme o caso, o valor amortizado será deduzido do VNU (ou saldo de VNU) das Debêntures então em circulação, *pro rata* entre todas as Debêntures, deduzindo o valor de cada Amortização Extraordinária de forma proporcional entre todas as Amortizações, de forma a manter-se as datas de pagamento indicadas na tabela acima, até a Data de Vencimento;
- (ii) cada Amortização Extraordinária, conforme o caso, ocorrerá de acordo com procedimentos operacionais da CETIP para tal finalidade; e
- (iii) a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures: (a) a parcela de VNU sujeita à amortização; acrescida da (b) Remuneração aplicável à totalidade das Debêntures então em circulação, calculada *pro rata temporis* até a data de liquidação da Amortização Extraordinária ("Saldo Devedor da Amortização Extraordinária"), acrescida, ainda, da (c) prêmio de liquidação antecipada incidente sobre o Saldo Devedor da Amortização Extraordinária ("Prêmio de Amortização Extraordinária"), nos termos da tabela abaixo:

Mês da Amortização Extraordinária	% Incidente sobre o Saldo Devedor da Amortização Extraordinária
Até o 24 (inclusive)	Não Permitido
25	2,00%

26	1,96%
27	1,92%
28	1,88%
29	1,85%
30	1,81%
31	1,77%
32	1,73%
33	1,69%
34	1,65%
35	1,62%
36	1,58%
37	1,54%
38	1,50%
39	1,46%
40	1,42%
41	1,38%
42	1,35%
43	1,31%
44	1,27%
45	1,23%
46	1,19%
47	1,15%
48	1,12%
49	1,08%
50	1,04%
51	1,00%
52	0,96%
53	0,92%
54	0,88%
55	0,85%
56	0,81%
57	0,77%
58	0,73%
59	0,69%
60	0,65%
61	0,62%
62	0,58%
63	0,54%
64	0,50%
65	0,46%
66	0,42%
67	0,38%
68	0,35%
69	0,31%
70	0,27%

71	9,23%
72	0,19%
73	0,15%
74	0,12%
75	0,08%
76	0,04%
77	0,00%

- (iv) a comunicação de Amortização Extraordinária prevista acima deverá contemplar data de tal Amortização Extraordinária; o valor objeto de tal Amortização Extraordinária; e quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária; e
- (v) caso as Debêntures estejam custodiadas no CETIP21, cada Amortização Extraordinária obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP.

4.8.2.1. A Companhia deverá obrigatoriamente realizar Amortizações Extraordinárias das Debêntures, caso haja alienação com prévio e expresso consentimento por escrito dos titulares das Debêntures em AGD, de qualquer Participação de titularidade da Emissora e qualquer das Transmissoras (cada qual, uma "Amortização Extraordinária Compulsória"), sendo que o valor desta Amortização Extraordinária Compulsória se definirá pelos Debenturistas na própria AGD.

4.9. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir:

4.9.1. *Remuneração das Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Terceira Série.* A remuneração das Debêntures da Primeira Série e a remuneração das Debêntures da Terceira Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas 4.9.1.1 e 4.9.1.2 abaixo.

4.9.1.1 *Atualização Monetária.* As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Terceira Série terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado ("Atualização Monetária"), a partir da primeira Data de Subscrição e Integralização, pelo IPC calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto da Atualização Monetária incorporado automaticamente ao Valor Nominal ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Terceira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado" segundo a seguinte fórmula:

$$= \quad \times \quad \frac{\quad}{\quad}$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, após incorporação de Remuneração, conforme o caso, Atualização ou amortização, se houver, o que ocorrer por último, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \frac{NI}{N_{10}}$$

Onde;

NI = valor do número-índice do IPCA referente ao mês de dezembro do ano corrente;

N₁₀ = valor do número-índice do IPCA referente ao mês de novembro do ano anterior;

4.9.1.1.1 O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

4.9.1.1.2. Considera-se como "data de aniversário" o dia 15 de cada ano e, caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como ano de atualização, o período anual compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos.

4.9.1.1.3. O cálculo de atualização monetária na Data de Vencimento ou na Data de Subscrição e Integralização das Debêntures, que seja fora de uma data de aniversário, deverá ser realizado utilizando como base o número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do cálculo, dividido pelo número-índice do IPCA do mês anterior à Data de Subscrição e Integralização ou à data da última Atualização Monetária, conforme o caso.

4.9.1.1.4. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizado, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA disponível até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.9.1.1.5 Nas hipóteses de restrição, impossibilidade de uso, ausência ou suspensão da apuração e/ou de divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de IPCA"), ou ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o IPCA deverá ser substituído por seu substituto legal. No caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas ("AGD" ou "Assembleia Geral de Debenturistas") na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser o mais semelhante possível do IPCA, ou o que melhor refletir os índices de preços utilizados em operações similares ("Taxa Substitutiva"). A

AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou judicial do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, o último IPCA divulgado oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de atualização para as Debêntures.

4.9.1.1.6. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização das Debêntures.

4.9.1.1.7. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, fica desde já certa e acordada a utilização do Índice Geral de Preços de Mercado IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV").

4.9.1.2. *Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série.* As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Terceira Série farão jus a juros remuneratórios de 10,50% (dez inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano ("Juros Remuneratórios da Primeira Série e Terceira Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração da Primeira Série e Terceira Série").

4.9.1.2.1. A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e Terceira Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Terceira Série, atualizados conforme a Cláusulas 4.9.1.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da primeira Data de Subscrição e Integralização, pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme abaixo definido (ou na data da liquidação antecipada resultante das disposições desta Escritura relativas ao pagamento de Remuneração em caso de Resgate Antecipado Facultativo ou vencimento antecipado), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis.

4.9.1.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série e Terceira Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e Terceira Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série e Terceira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = \left(\left(\frac{\text{Taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right)$$

onde,

Taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, equivalente a 10,5000;

DP = número de Dias Úteis entre a primeira Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série e Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.9.2. *Remuneração das Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Quarta Série.* A remuneração das Debêntures da Segunda Série e a remuneração das Debêntures da Quarta Série será calculada conforme o disposto nas Cláusulas 4.9.2.1 e 4.9.2.2 abaixo.

4.9.2.1 *Atualização Monetária.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Quarta Série não será objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice.

4.9.2.2 *Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Quarta Série.* A partir da primeira Data de Subscrição e Integralização, as Debêntures da Segunda Série e da Quarta Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o VNU ou saldo do VNU e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros – de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa ou spread de 5,35% a.a. (cinco inteiros e trinta e cinco centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos ("Juros Remuneratórios da Segunda Série e Quarta Série" e, em conjunto com os Juros Remuneratórios da Primeira e Série e Terceira Série, "Juros Remuneratórios"), desde: (i) a primeira Data de Subscrição e Integralização; ou (ii) a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data de pagamento de Remuneração subsequente, conforme o caso, até a Data de Vencimento ou até data de vencimento antecipado das Debêntures, ressalvadas as disposições desta Escritura relativas ao pagamento de Remuneração em caso de Resgate Antecipado Facultativo, de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração da Segunda Série e da Quarta Série" e, quando em conjunto com a Remuneração da Primeira Série e Terceira Série, "Remuneração"):

$$J = VNU \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

"J" corresponde ao valor dos juros devidos ou incorporados ao VNU no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamentos;

"VNe" corresponde ao VNU ou saldo do VNU das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"FatorJuros" é o fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI_k, da data de início de cada Período de Capitalização inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de "1" até "n_{DI}";

"n_{DI}" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" inteiro;

"TDI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

"k" = 1, 2, ..., n;

"DI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"d_k" corresponde ao número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI over, sendo número inteiro;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right] \right\}$$

onde:

"spread" corresponde ao spread, ou sobretaxa equivalente a 5,3500 (cinco inteiros e trinta e cinco centésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais; e

"DP" corresponde ao número de dias úteis entre a primeira Data de Subscrição e Integralização de Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Ficando estabelecido, para os fins do presente item que:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- (ii) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2.1. Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Subscrição e Integralização das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução e continuidade até a Data de Vencimento.

4.9.2.2 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula IV, será utilizado, em substituição, para apuração de TDI, o último valor divulgado para a Taxa DI, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer

compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.9.2.3. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data esperada para a sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou ainda, no caso de extinção da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD da Segunda Série e da Quarta Série, a ser realizada nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável e as disposições da Cláusula VII abaixo – o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Quarta Série. A respectiva AGD será realizada no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contado a partir do último Período de Ausência da Taxa DI.

4.9.2.4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Quarta Série entre a Emissora e os Debenturistas, fica a Emissora desde já obrigada a resgatar as Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Quarta Série então em circulação, com o respectivo e consequente cancelamento, de acordo com cronograma de pagamento a ser definido em AGD (no qual o prazo de pagamento não poderá ser superior ao prazo de vencimento previsto na Cláusula 4.7 acima), acrescido da Remuneração da Segunda Série e Quarta Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição e Integralização ou da data de pagamento de Remuneração da Segunda Série e Quarta Série imediatamente anterior, conforme o caso. Serão utilizadas para o cálculo da Remuneração da Segunda Série e Quarta Série as fórmulas definidas no item 4.9.1 acima, e para a apuração de TD o valor da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), apurada e divulgada pelo Banco Central do Brasil, então vigente, até a data do cálculo e pagamento do preço de resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série e Quarta Série.

10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.10.1. O pagamento da Remuneração ocorre semestralmente, nos meses de junho e dezembro, sendo primeiro no dia 15 de dezembro de 2014 e o último na Data de Vencimento ou na data de vencimento antecipado das Debêntures, ressalvadas as disposições desta Escritura no tocante ao pagamento de Remuneração em caso de Resgate Antecipado Facultativo.

4.10.1.1. Forá jus à Remuneração cada titular de Debênture: (i) que assim conste nos registros do Escriturador Mandatário; ou (ii) com custódia na CETIP, ficando ressalvado que em ambos os casos terá direito ao recebimento o titular de Debênture que ao final do dia útil anterior à data de cada pagamento for titular da Debênture, nos termos deste item 4.10.

4.10.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.10.1 acima, tendo em vista a possibilidade de realização de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos do item 4.12 abaixo, por ocasião de Resgate Antecipado Facultativo, o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Remuneração será proporcional ao percentual do VNU sujeito ao Resgate Antecipado Facultativo, sendo calculado de acordo com a metodologia disposta no item 4.13, e pago na data da liquidação de tal Resgate Antecipado Facultativo.

- 4.10.2. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP e será efetuado por meio do Escriturador Mandatário para os Debenturistas cujas respectivas Debêntures não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

11. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.11.1. Observadas as disposições abaixo desta Escritura com relação às hipóteses de vencimento antecipado automático e àquelas que demandarão consulta prévia aos Debenturistas, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do respectivo saldo devedor do VNU acrescido da Remuneração, devida e apurada nos termos da Escritura, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante a ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (i) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias e/ou dívidas ou, ainda, aceleração do vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias e/ou dívidas: (a) da Emissora em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e/ou (b) de quaisquer de suas respectivas controladas, quer seja direta ou indiretamente, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que tais inadimplementos previstos no item (a) e/ou (b) acima não sejam sanados em até 5 (cinco) dias úteis ou aceleração não seja curada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, ambos os prazos contados da data em que qualquer das obrigações referidas acima se torne devida, nos respectivos termos e condições;
- (ii) (a) decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer de suas respectivas controladas, quer seja direta ou indiretamente, e/ou sociedades controladas (conjuntamente, "Afilhadas"); (b) pedido de falência pela Emissora e/ou por quaisquer das respectivas Afilhadas; (c) pedido de falência da Emissora e/ou de quaisquer das respectivas Afilhadas formulado por terceiro(s) e não julgado no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Emissora e/ou por quaisquer das respectivas Afilhadas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de quaisquer das respectivas Afilhadas;
- (iii) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora ou diminuição da participação da Emissora em quaisquer sociedades em que a Emissora mantenha participação societária, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures reunidos em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das S.A.;
- (iv) realização pela Emissora, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido pela Lei das S.A. e/ou legislação aplicável – caso a Emissora esteja em situação de inadimplemento com relação a qualquer obrigação pecuniária e não pecuniária referente às Debêntures;
- (v) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação de natureza pecuniária (quer seja relativa ao pagamento do VNU, da Remuneração ou outro) referente às Debêntures não sanado em até (dois) dias úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;

- (vi) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação de natureza não pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;
 - (vii) caso a Emissora e/ou qualquer de suas sociedades controladas contraia em seu nome qualquer tipo de endividamento, sem o prévio e expresso consentimento por escrito dos titulares das Debêntures em AGD, exceto no que se refere aos endividamentos permitidos, conforme abaixo elencado ("Endividamentos Permitidos"):
- (a) Xingu: (i) Financiamento de longo prazo de até R\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), com recursos do Banco da Amazônia, desde que os termos e condições do financiamento sejam idênticos aos atualmente contratados com FDA/SUDAM, compreendendo remuneração máxima de até TJLP + 1% (um por cento) ao ano, início de amortização a partir de dezembro/2014 e vencimento a partir de junho/2031; (ii) Financiamento de curto prazo de até R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) com recursos do Banco da Amazônia devendo este empréstimo ser pago em sua totalidade com a liberação dos recursos provenientes do financiamento (i).
 - (b) Macapá: (i) Financiamento de longo prazo de até R\$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de reais), com recursos do Banco da Amazônia, desde que os termos e condições do financiamento sejam idênticos aos atualmente contratados com FDA/SUDAM compreendendo remuneração máxima de até TJLP + 1% (um por cento) ao ano, início de amortização a partir de dezembro/2014 e vencimento a partir de junho/2031; (ii) Financiamento de curto prazo de até R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) com recursos do Banco da Amazônia, devendo este empréstimo ser pago em sua totalidade com a liberação dos recursos provenientes do financiamento (i).
 - (c) Taubaté: Até R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais) com recursos do BNDES, desde que o prazo total mínimo seja de 14 (quatorze) anos, com remuneração máxima de TJLP + 2,5% (dois vírgula cinquenta por cento) ao ano.
 - (d) Itacaiúnas: (i) Financiamento de curto prazo de até R\$ 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais), desde que o prazo total dessa operação seja de até 24 (vinte e quatro) meses e com remuneração máxima de CDI + 3,00% (três por cento) ao ano e (ii) Financiamento de longo prazo de até R\$ 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais), com recursos do BNDES, desde que o prazo total mínimo seja de 14,5 (quatorze vírgula cinco) anos, com remuneração máxima de TJLP + 2,5% (dois vírgula cinquenta por cento) ao ano.
 - (e) Jauru: Emissão de debêntures de até R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais) desde que o prazo total mínimo dessa operação seja de 17 anos (dezessete) anos, com início de amortização a partir de junho/2019, vencimento a partir de dezembro/2030, remuneração máxima de IPCA + 8,00% (oito por cento) ao ano.

(f) Quaisquer garantias fidejussórias (que sejam cartulares (avals) ou outras) outorgadas pela Companhia em favor de qualquer de suas controladas e/ou coligadas que sejam prestadas exclusivamente no contexto dos endividamentos permitidos apresentados nos itens (a), (b), (c) (d) e (e) acima e nos que venham a ser autorizados pelos debenturistas em AGD, conforme Pedido de Endividamento Adicional (abaixo definido).

A emissora poderá, a qualquer momento e sem qualquer ônus financeiro, solicitar a aprovação prévia dos debenturistas para alteração das características dos endividamentos permitidos supracitados, ou ainda, obtenção de novos endividamentos nas Transmissoras ("Pedido de Endividamento Adicional").

O Pedido de Endividamento Adicional será aceito mediante aprovação da maioria simples dos debenturistas em AGD. A votação em AGD será realizada no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento pelo Agente Fiduciário do Pedido de Endividamento Adicional, realizado pela Emissora.

O Pedido de Endividamento Adicional deverá contemplar os termos finais e firmes da operação proposta contemplando o nome da tomadora proponente, demonstrações financeiras atualizadas da tomadora proponente, volume total, prazo total, prazo de carência, fluxo de desembolsos, fluxo de pagamento principal e de juros, características de remuneração da operação, covenants financeiros e garantias. Caso requerido, os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário poderão solicitar informações complementares para a Emissora.

- (viii) caso quaisquer recursos correspondentes às Distribuições e devidos à Emissora pelas Transmissoras sejam depositados em outra conta corrente que não a Conta Vinculada sem o prévio e expresso consentimento por escrito dos titulares das Debêntures em AGD, contanto que tais recursos não sejam transferidos pela Emissora para a Conta Vinculada no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data em que forem depositados em outra conta que não a Conta Vinculada. Ficando estabelecido que o montante que exceder o valor especificado no item 4.5.1.1(i) será liberado para uma conta de livre movimentação da Emissora;
- (ix) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra qualquer uma de suas Afiliadas com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que referido protesto não seja sanado ou suspenso em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data em que a Emissora tomar ciência da ocorrência de referido protesto;
- (x) descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado de natureza judicial proferida contra a Emissora ou contra qualquer de suas Afiliadas, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento;
- (xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.s;
- (xii) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Emissora em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer fusão, cisão, incorporação ou

prévia deliberação dos titulares das Debêntures reunidos em AGD, exceto se realizada com Afiliadas da Emissora;

- (xiii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto;
- (xiv) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil");
- (xv) caso qualquer das Transmissoras, a qualquer tempo durante o Prazo de Vigência das Debêntures, deixe de manter a titularidade da(s) respectiva(s) licenças e/ou concessões necessárias para perfeita operação da Emissora e das Transmissoras perante o(s) competente(s) poder(es) concedentes, exceto: (i) se as Transmissoras retomarem a titularidade da(s) respectiva(s) licença(s) e/ou concessões dentro de um prazo de 5 (cinco) dias úteis; ou (ii) em face da expressa anuência dos titulares das Debêntures em AGD, com relação a eventual perda de concessão e/ou licença por parte de qualquer das Transmissoras;
- (xvi) não utilização dos recursos obtidos com a Emissão conforme o disposto no item 3.4.1 acima;
- (xvii) alteração, direta ou indireta, do controle acionário de qualquer das Transmissoras em razão de excussão de eventuais garantias outorgadas por qualquer tal Transmissora em favor de terceiros;
- (xviii) não observância pela Companhia, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, das obrigações financeiras estabelecidas abaixo ("Covenants Financeiros das Transmissoras"). Para os fins deste item, o índice de cobertura de serviço da dívida ("ICSD") anualmente auditados das respectivas Transmissoras, de cada uma dentre a Xingu, a Macapá, a Jauru, a Cachoeira, a Taulé e a Itacaiúnas deverão ser, a cada Data de Apuração (conforme definido abaixo), da seguinte forma:
 - (a) para as sociedades Xingu e Macapá o ICSD será maior ou igual a 1,3x, calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Disponível para Pagamento da Dívida no Período} = A}{\text{Serviço de Dívida no Período} = B}$$

Onde:

A = Fluxo de Caixa Operacional

- (-) Impostos Pagos
- (+) Receita Financeira
- (+) Aporte de Capital
- (+) Caixa Acumulado

B = Serviço da Dívida

- (+) Amortização de Principal
- (+) Pagamento de Juros

"Fluxo de Caixa Operacional" deverá significar: Receita Líquida (-) Custo da Prestação do Serviço;

"Receita Líquida" deverá significar: Receita Bruta (-) PIS (-) COFINS (-) Perdas com Transmissão;

"Custo da Prestação do Serviço" deverá significar: O&M (+) Seguros (+) Royalties (+) Contribuições para o Setor Elétrico (+) Transporte (+) Outorga da Concessão;

"Impostos Pagos" deverá significar: desembolsos referentes ao pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social;

"Receita Financeira" deverá significar: receita proveniente da aplicação do saldo da Caixa Acumulada, das Contas Reserva.

"Aporte de Capital" deverá significar: eventual aporte de recursos dos acionistas, para cobrir alguma insuficiência de caixa em determinado período;

"Caixa Acumulada" deverá significar: somatória dos caixas excedentes em cada período. O caixa excedente é o caixa que resulta de: Entradas de Caixa do Projeto (-) Obrigações do Projeto.

- (b) para a sociedade Jauru, o ICSD será maior ou igual a 1,30x, calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) = (A)/(B), sendo:

A) Geração de Caixa da Atividade

- (+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior
- (+) LAJIDA (EBITDA)
- (-) Imposto de Renda
- (-) Contribuição Social
- (+/-) Variação de Capital de Giro (se o resultado da Variação do Capital de Giro for negativo, será somado ao EBITDA)

B) Serviço da Dívida

- (+) Amortização de Principal
- (+) Pagamento de Juros

Onde:

O "LAJIDA (EBITDA)" corresponde ao somatório dos itens abaixo:

- (+) Lucro Líquido
- (+) Despesa (Receita) Financeira Líquida

- (+) Provisão para o Imposto de Renda e Contribuições Sociais
- (+) Depreciações e Amortizações
- (+) Outras Despesas (Receitas) líquidas não Operacionais
- (+) Perdas (Lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados de investimentos em sociedades coligadas/controladas

A "Variação de Capital de Giro" no período "t" é calculada na forma abaixo (para os fins deste Item "t" corresponde a um determinado período do ano civil e "t-1" corresponde ao período imediatamente anterior):

- Necessidade de Capital de Giro no período "t"
- (+) (Ativo Circulante menos Disponibilidades) "t"
- (-) (Passivo Circulante menos Empréstimos, Financiamentos, Debêntures de Curto Prazo e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital) "t"

- Necessidade de Capital de Giro no período "t-1"
- (+) (Ativo Circulante menos Disponibilidades) "t-1"
- (-) (Passivo Circulante menos Empréstimos, Financiamentos, Debêntures de Curto Prazo e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital) "t-1"

Variação de Capital de Giro = (Necessidade de Capital de Giro no período "t") - (Necessidade de Capital de Giro no período "t-1")

c) para a sociedade Cachoeira o ICSD será maior ou igual a 1,20x, calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) = (A)/(B), sendo:

A = Geração de Caixa da Atividade

- (+) Fluxo de Caixa Operacional
- (-) Variação de Capital de Giro
- (-) Impostos

B = Serviço da Dívida

- (+) Amortização de Principal de qualquer dívida contraída pela emissora
- (+) Pagamento de Juros de qualquer dívida contraída pela emissora, inclusive carta de fiança.

Onde:

O Fluxo de Caixa Operacional corresponde aos itens abaixo discriminados:

- (+) Receita líquida
- (-) Custos de despesas operacionais (incluindo imposto sobre serviços)
- (-) CAPEX líquido de financiamentos

Considera-se como "impostos" o somatório do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pago no referido período;

Considera-se como "variação de capital de giro" a necessidade de capital de giro no referido período (-) necessidade de capital de giro no período anterior, sendo tal necessidade de capital de giro apurada como segue:

$[(+) \text{ ativo circulante } (-) \text{ caixa, bancos e aplicações financeiras}] - [\text{passivo circulante } (-) \text{ dívida de curto prazo}]$

Considera-se como "CAPEX líquido de financiamentos" os investimentos realizados durante o referido período, deduzidos dos respectivos financiamentos desembolsados no mesmo período para financiamentos de tais investimentos

- (d) para as sociedades Taubaté e Itacalcinas, o ICSD será maior ou igual a 1,20x, calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) = (A)/(B), sendo:

A) Geração de Caixa da Atividade

- (+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior
- (+) LAJIDA (EBITDA)
- (-) Imposto de Renda e Contribuição Social
- (+/-) Variação de Capital de Giro (se o resultado da Variação do Capital de Giro for negativo, será somado ao EBITDA)

B) Serviço da Dívida

- (+) Amortização de Principal
- (+) Pagamento de Juros

Onde:

O "LAJIDA (EBITDA)" corresponde ao somatório dos itens abaixo:

- (+) Lucro Líquido
- (+) Despesa (Receita) Financeira Líquida
- (+) Provisão para o Imposto de Renda e Contribuições Sociais
- (+) Depreciações e Amortizações
- (+) Outras Despesas (Receitas) Líquidas não Operacionais
- (+) Perdas (Lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados de investimentos em sociedades coligadas/controladas

A "Variação de Capital de Giro" no período "t" é calculada na forma abaixo (para os fins deste item "t" corresponde a um determinado período do ano civil e "t-1" corresponde ao período imediatamente anterior):



- Necessidade de Capital de Giro no período "t"
- (+) (Ativo Circulante menos Disponibilidades) "t"
 - (-) (Passivo Circulante menos Empréstimos, Financiamentos, Debêntures de Curto Prazo e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital) "t"

- Necessidade de Capital de Giro no período "t-1"
- (+) (Ativo Circulante menos Disponibilidades) "t-1"
 - (-) (Passivo Circulante menos Empréstimos, Financiamentos, Debêntures de Curto Prazo e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital) "t-1"

Variação de Capital de Giro = (Necessidade de Capital de Giro no período "t")
(Necessidade de Capital de Giro no período "t-1")

- (e) o ICSD deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas da Xingu, da Macapá, da Cachoeira, da Jauru, da Taubaté e da Itacalúnas, as quais serão encaminhadas ao Agente Fiduciário pela Emissora, tendo por base o exercício social anterior iniciado em 1 de janeiro e terminando em 31 de dezembro, considerando-se 3 de dezembro a "Data de Apuração" para cada verificação de atendimento aos *Covenants Financeiros* das Transmissoras;
- (f) a memória de cálculo de cada apuração de observância aos *Covenants Financeiros* das Transmissoras deverá ser enviada anualmente pela Emissora ao Agente Fiduciário em conjunto com as demonstrações financeiras da Emissora, através de declaração a se encaminhada pela Emissora nos termos do Anexo I a esta Escritura;
- (g) especificamente para as finalidades deste item (xviii), a não observância dos *Covenants Financeiros* das Transmissoras apenas poderá ensejar o vencimento antecipado das Debêntures quando cada uma dentre a Macapá ou a Xingu, ou a Cachoeira ou a Jauru ou Taubaté ou a Itacalúnas, isoladamente, não observar os *Covenants Financeiros* das Transmissoras que lhe forem aplicáveis por 3 (três) vezes consecutivas;
- (h) fica desde já expressamente ressalvado que os *Covenants Financeiros* das Transmissoras poderão ser automaticamente alterados de forma consistente com os constantes em alterações dos contratos de financiamentos das Transmissoras vigentes à época desta Escritura e/ou os constantes em novos contratos de financiamentos que venham a se firmados pelas Transmissoras, desde que tais alterações não gerem qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo) nas condições financeiras e operacionais da Emissora. Dessa forma, cada Debenturista expressamente concorda e anui mediante sua subscrição ou aquisição de Debêntures que os *Covenants Financeiros* das Transmissoras poderão ser alterados mediante o envio pela Emissora ao Agente Fiduciário de declaração informando a alteração do respectivo índice financeiro;
- (xix) caso a Companhia não observe, durante o prazo de vigência das Debêntures, o ICSD igual ou maior a 1,0x (*Covenant Financeiro* da Emissora), conforme o cálculo abaixo:

(A) Saldo da Conta Vinculada, cujo valor mínimo deve ser igual à totalidade das Distribuições verificadas nas respectivas demonstrações financeiras (anuais ou semestrais), excetuando-se Saldo do Fundo de Reserva de Capital;

(B) Dividendos não serem pagos pelas Transmissoras, prévia e comprovadamente aprovados em assembleia geral, que ainda não tenham sido distribuídos na data de medição do ICSD e com pagamento para a Emissora até o dia 10 (dez) do mês em curso de pagamento da Parcela Semestral, sendo que o valor deverá estar disponível na Conta Vinculada com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data de pagamento da Parcela Semestral Vincenda.

(C) Parcela Semestral Vincenda =

(+) Amortização Vincenda de Principal da Emissão

(+) Pagamento Vincendo de Remuneração da Emissão

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total:

$$\text{ICSD} = [(A) + (B)] / (C) > ou = 1,0x$$

O ICSD será verificado no dia 15 dos meses de abril e no dia 15 dos meses de outubro (Datas de Verificação de Covenant), isto é, com 60 dias de antecedência ao vencimento da respectiva Parcela Semestral.

A Companhia se obriga a fornecer aos Debenturistas, anualmente: (a) até o dia 15 dos meses de abril suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal imediatamente anterior e (b) até o dia 15 de meses de outubro suas demonstrações financeiras semestrais relativas ao encerramento do semestre do ano fiscal em curso, certificadas e assinadas pelo Diretor Geral da Companhia.

Se na data de medição o ICSD for $< 1,0x$, a Garantidora obriga-se a fazer aporte de recursos à Companhia em montante necessário para a quitação total da parcela semestral vincenda, cujo recursos deverão estar depositados na Conta Vinculada em até 5 (cinco) dias úteis anteriores ao respectivo vencimento.

(xx) à exceção da garantia disposta na Cláusula 4.11.1.(vii) (f) acima, se, durante a vigência da Escritura, for constituída ou prestada sem a prévia deliberação dos titulares de Debêntures reunidos em AGI qualquer nova garantia real, e.g., cessão ou alienação fiduciária, penhor, hipoteca, usufruto, ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia ("Gravames") sobre os bens e/ou direitos da Companhia e/ou de quaisquer das Transmissoras existentes na Data de Emissão, a não ser no caso de eventual renovação ou prorrogação de dívidas já contratadas junto aos respectivos credores, desde que qualquer tal renovação ou prorrogação não envolva o oferecimento de qualquer Gravame adicional àqueles existentes na Data de Emissão; e/ou

(xvi) abaixamento do rating concedido pela Fitch Ratings à Emissora, o qual deverá ser no mínimo BBR(bra).

4.11.2. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (ii), (iii), (iv) – exclusivamente no que diz respeito às obrigações de natureza pecuniária referentes às Debêntures –, (vi), (vii), (viii), (xi), (xii), (xiv), (xv) e (xvi) do item 4.11.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático do

Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

- 4.11.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (i) e (v) – exclusivamente no que diz respeito às obrigações de natureza não pecuniária referentes às Debêntures –, (ix), (x), (xii), (xvii), (xviii), (xix), (xx) e (xxi) do item 4.11.1 acima, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures para a realização de AGD, que poderá determinar, por deliberação de Debenturistas representando mais da metade do número de Debêntures em circulação, que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, de acordo com as disposições da Cláusula VII abaixo.

4.11.3.1. Para os fins do item 4.11.3 acima, na hipótese (i) de não instalação da AGD referida no item 4.11.3, em primeira e em segunda convocação, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.11.3 acima (i.e., determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures), o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 4.11.4. Para fins do item (ii) do item 4.11.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial extrajudicial, conforme definidos, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2008, conforme alterada.

- 4.11.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos da presente Item 4.11, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia para CETIP.

4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

- 4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do VNU acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Subscrição e Integralização das Debêntures ou data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores de Debêntures nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14.1 abaixo.

4.13. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

- 4.13.1. Sem prejuízo da hipótese prevista no item 4.10.1 acima, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério a partir do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da Data de Emissão das Debêntures, mediante deliberação em assembleia geral de acionistas da Emissora, realizar o resgate antecipado total e

Debêntures, relativo a todos os Debenturistas, sem distinção ("Resgate Antecipado Facultativo"), nos termos do artigo 55 da Lei das S.A. O Resgate Antecipado Facultativo conforme aplicável, será realizado de acordo com as seguintes disposições:

- (i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e à CETIP, além de publicação de Aviso aos Debenturistas, nos termos das disposições aplicáveis da Lei das S.A., com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo ("Data da Liquidação");
- (ii) a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures: (a) o saldo de VNU sujeita ao Resgate Antecipado Facultativo; acrescido da (b) Remuneração aplicável à totalidade das Debêntures então em circulação, calculada *pro rata temporis* até a data da liquidação do Resgate Antecipado Facultativo ("Saldo Devedor do Resgate Antecipado Facultativo"), acrescido, ainda, de (c) prêmio de liquidação antecipada incidente sobre Saldo Devedor do Resgate Antecipado Facultativo ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo"), nos termos da tabela abaixo:

Mês do Resgate Antecipado Facultativo	% Incidente sobre o Saldo Devedor do Resgate Antecipado Facultativo
Até o 24 (inclusive)	Não Permitido
25	2,00%
26	1,96%
27	1,92%
28	1,88%
29	1,85%
30	1,81%
31	1,77%
32	1,73%
33	1,69%
34	1,65%
35	1,62%
36	1,58%
37	1,54%
38	1,50%
39	1,46%
40	1,42%
41	1,38%
42	1,35%
43	1,31%
44	1,27%
45	1,23%
46	1,19%
47	1,15%
48	1,12%
49	1,08%

50	1,04%
51	1,00%
52	0,96%
53	0,92%
54	0,88%
55	0,85%
56	0,81%
57	0,77%
58	0,73%
59	0,69%
60	0,65%
61	0,62%
62	0,58%
63	0,54%
64	0,50%
65	0,46%
66	0,42%
67	0,38%
68	0,35%
69	0,31%
70	0,27%
71	0,23%
72	0,19%
73	0,15%
74	0,12%
75	0,08%
76	0,04%
77	0,00%

- (iii) a comunicação de Resgate Antecipado Facultativo prevista acima deverá contemplar data de tal Resgate Antecipado Facultativo; o valor objeto de tal Resgate Antecipado Facultativo; e quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo;
- (iv) caso as Debêntures estejam custodiadas no CETIP21, o Resgate Antecipado Facultativo obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP.

4.13.2. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

4.13.3. A Companhia poderá, a qualquer tempo durante o prazo de vigência das Debêntures, adquirir Debêntures em circulação – observadas as disposições do artigo 13 da ICVM 476/09 e, ainda, o parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das S.A. a esse respeito, devendo tal fato constar do relatório de administração e das demonstrações financeiras –, podendo tais Debêntures ser cancelada

mantidas em tesouraria ou recolocadas novamente no mercado, neste caso, passando a fazer jus mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) e mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial e extrajudicial.

15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o não comparecimento de qualquer dos Debenturistas para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

16. LOCAL DE PAGAMENTO

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora em conformidade com os procedimentos da CETIP, no mesmo dia do respectivo vencimento, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Escriturador Mandatário no mesmo dia do respectivo vencimento.

17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data do pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.16 acima, ressalvados os casos em que pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

18. PUBLICIDADE

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil utilizados pela Emissora para efetuar as publicações estabelecidas nos termos

da Lei das S.A. e/ou pela CVM, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.19. REPACTUAÇÃO

4.19.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.20.1. Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para recebimento dos valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, o titular de Debêntures que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos desta Cláusula 4.20.1 deverá permanecer titular das respectivas Debêntures não podendo negociar suas respectivas Debêntures até data posterior a cada pagamento.

4.21. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.21.1. Caso a Emissão não seja efetivada – por qualquer motivo – e, observadas as disposições do item 4.1.6 acima, os recursos empregados por quaisquer investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos investidores, por intermédio do Escriturador Mandatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data do encerramento da Emissão, ficando, porém desde já estabelecido que tais recursos serão devolvidos aos investidores sem incidência de Remuneração, juros ou correção monetária a qualquer título.

CLÁUSULA V – OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

1. A Emissora obriga-se a:

) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 119 (cento e dezenove) dias corridos, contados a partir do término de cada exercício social; (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas, bem como de demonstrações financeiras completas das Transmissoras, relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer de auditores independentes; (2) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua respectiva administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas/finanças da Emissora; e (4) relatório consolidado da memória de cálculo da Emissora e da Transmissoras compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Covenants Financeiros, devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, no

pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

- (b) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.11 acima, em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário poder declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites da Escritura;
- (c) avisos aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, fatos relevantes, bem como atas e assembleias gerais e reuniões de Diretoria que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que, de alguma forma, envolvam o interesse dos titulares das Debêntures, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data em que forem publicados e/ou, caso não tenham sido publicados, da data em que forem realizados;
- (d) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos na Escritura, se comprometer a enviar ao Agente Fiduciário;
- (e) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa verificar o cumprimento das obrigações nos termos da Escritura, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;
- (f) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, e quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data que tiver conhecimento de tal descumprimento;
- (g) todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (h) cumprir todas as determinações legais aplicáveis e/ou emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, conforme aplicável, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas na forma exigida pela CVM;
- (i) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário, observadas as disposições aplicáveis à política de divulgação de informações da Emissora, conforme aplicáveis, sobre qualquer alteração substancial adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura; (b) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; e/ou (c) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura ("Efeito Adverso Relevante");
- (j) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;

- vi) manter contratados, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturário, o Banco Liquidante, a agência de rating e o Agente Fiduciário;
 - vii) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos na Lei das S.A. e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil");
 - viii) submeter, na forma da Lei, suas demonstrações financeiras a exame por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional;
 - x) conduzir todas as operações com Afiliados e/ou partes relacionadas em valores de mercado e base equitativas;
 - c) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado no item 3.4.1 desta Escritura, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;
 - ii) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, sem limitação ao disposto na ICVM 476 e no artigo 4 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada; e
 - iii) obter em até 120 (cento e vinte) dias contados de solicitação dos Debenturistas representados pela maioria simples das Debêntures então em circulação, a classificação de risco (rating) para as Debêntures da Emissão, com vistas à negociação secundária das Debêntures.
2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures e/ou para realizar seu respectivos créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovadamente razoavelmente incorridas em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura. As despesas de valor igual ou superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais) deverão, sempre que possível, ser prévia e expressamente aprovadas pela Emissora antes de serem incorridas pelo Agente Fiduciário.
- 5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:
- (i) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outro que vierem a ser exigidos pela legislação e/ou regulamentação aplicável;
 - (ii) emissão/obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e do Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
 - (iii) despesas de viagem, alimentação, estadia e transporte quando necessárias ao desempenho de suas respectivas funções/atribuições;

- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, e ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares das Debêntures; e
- (v) despesas ou indenizações eventualmente pagas em decorrência da constituição da garantia prevista na cláusula 4.5.1.2.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures, que não tenha sido pago na forma do item 5.2 e 5.2.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá as Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas de que trata o item 5.2 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios de despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário, necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

5.2.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas legais, inclusive as administrativas, e que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios e terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como, a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

3. As Debêntures serão admitidas à negociação em mercados regulamentados e, dessa forma, nos termos do parágrafo 1º do artigo 17 da ICVM 476/09, a Emissora, sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação/regulamentação em vigor, se obriga a:

-) preparar e disponibilizar ao Agente Fiduciário suas demonstrações financeiras de encerramento do exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A. e com as regras emitidas pela CVM;
- i) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional;
- ii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional, em sua página na rede mundial de computadores, dentro do prazo legal, contados a partir do encerramento de cada exercício social;

- iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
- v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("ICV 358/02"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante" conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CBTP.

4. Adicionalmente, nos termos do artigo 9º da ICVM 476/09, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures pelo prazo de, no mínimo, 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, objeto da presente Escritura, exceto no caso de tal nova oferta ser submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA VI – AGENTE FIDUCIÁRIO

1. A Emissora nomeia e constitui a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário** como qualificada, como Agente Fiduciário da Emissão e que, por este ato, aceita a respectiva nomeação para, nos termos da Lei das S.A., das demais disposições legais e regulamentárias aplicáveis e da presente Escritura, representar – qualquer tempo – perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures.

2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara sob as penas da lei, que:

- a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura;
- i) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da legislação regulamentação aplicável vigente;
- ii) conhece e aceita integralmente a presente Escritura, todas as respectivas cláusulas, termos e condições;
- v) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- c) a celebração desta Escritura e o cumprimento das respectivas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- i) não está sujeito a qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A. e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("ICVM 28/83") para exercer a função e as atribuições que lhe são conferidas;
- ii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da ICVM 28/83;



- viii) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- ix) os respectivos representantes que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assinar, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- x) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- xi) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções e/ou atribuições;
- xii) está ciente das disposições da regulamentação aplicável emanada pelo Banco Central do Brasil e da CVM em especial da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- xiii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- xiv) está ciente da legislação e regulamentação aplicável às obrigações e/ou atribuições ora assumidas;
- xv) que com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, incís XVII, artigo 12 da ICVM 28/83, o Agente Fiduciário declara que presta serviços de agente fiduciário em seguintes emissões: (i) segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quitografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, para oferta pública e distribuição, com esforços restritos de colocação da Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Jauru"), com vencimento em 15 de dezembro de 2030, em que foram emitidas 156 (cento e cinquenta e seis) debênture na data de emissão, no valor de R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais), não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, conversão, repactuação ou inadimplemento, não tendo sido amortizadas, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, quaisquer parcelas do valor nominal de cada uma de tais debêntures em circulação, sendo que tais debêntures não possuem garantias na presente data, conforme previsto na Escritura de Emissão; e (i) segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quitografária, com garantia adicional, posteriormente convolada em espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros"), com vencimento em 15 de abril de 2029, em que foram emitidas 100 (cem) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, conversão, repactuação ou inadimplemento, não tendo sido amortizadas, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, quaisquer parcelas do valor nominal de cada uma de tais debêntures em circulação, sendo tais debêntures garantidas por (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Montes Claros é titular emergentes do (i.a) contrato de concessão nº 003/2010 – ANEEL, de 12 de julho de 2010, celebrado entre a União, representada pela ANEEL e Montes Claros (i.b) contrato de prestação de serviços de transmissão nº 013/2010, de 01 de setembro de 2010, celebrado entre a Montes Claros e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (ONS) e (i.c) contrato de uso do sistema de transmissão, celebrado entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, concessionária de transmissão e usuários, e (ii) penhor de ações de emissão da Montes Claros S.A. de titularidade da Lintran do Brasil Participações S.A., ambas compartilhadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Nacional – BNDES e (b) primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação da espécie quirografária, em série única, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública das Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. com vencimento em 27 de dezembro de 2013, em que foram emitidas 297 (duzentas e noventa e sete) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$148.500.000,00 (cento e quarenta e oito milhões e quinhentos mil reais, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, conversão, repactuação ou inadimplimento, não tendo sido amortizadas, até a data de celebração desta Escritura de Emissão quaisquer parcelas do valor nominal de cada uma de tais debêntures em circulação, sendo tais debêntures garantidas por uma letter of guarantee, prestada pela Isolux Corsán S.A., a qual é regulada pelas leis da Espanha, conforme previsto na Escritura de Emissão; e

- xvi) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da ICVM 28/83, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário.
- 5.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.
- 5.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que competem ao Agente Fiduciário, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura correspondente a uma remuneração anual de R\$8.000,00 (oito mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da presente Escritura e, as demais parcelas, no mesmo dia dos anos subsequentes.
- 6.4.1. Na hipótese de ocorrer o cancelamento da Emissão, o Agente Fiduciário fará jus somente a remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.
- 6.4.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 6.4.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 6.4 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário.
- 6.4.4. As parcelas de remuneração citadas no item 6.4 acima serão acrescidas dos seguintes tributos: IR (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e/ou quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 6.4.5. Caso a Emissora atrase o pagamento de quaisquer das remunerações previstas no item 6.4, acima, estará sujeita à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros

moratórios de 1% (um por cento) no mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito ao reajus pelo IGP-M/FGV, o qual incidirá desde a data de mora até a data de efetivo pagamento, calcula *pro rata die*, se necessário.

6.4.6. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito com prova de quitação do pagamento.

- 6.5. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação regulamentação aplicáveis e nesta Escritura:
- i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando, no exercício de suas respectivas funções e atribuições, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
 - ii) evitar conflitos de interesses e, conforme o caso, renunciar à condição de Agente Fiduciário na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - iii) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções e atribuições;
 - iv) verificar, no momento da aceitação de suas respectivas funções e atribuições, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - v) promover perante os órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e eventuais Aditamentos na JUCERJ/A, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária pela Emissora;
 - vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento dos documentos obrigatórios, alertando os Debenturistas acerca das eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - vii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas respectivas funções, certidões atualizadas dos distribuidores civis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais) distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
 - viii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora às expensas desta, sempre de forma justificada;
 - ix) convocar, quando necessário, AGDs, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;

- (x) comparecer às AGDs, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das S.A., relativos aos exercícios sociais da Emissora, o qual deverá conter, ao menos, informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras, at societários e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, necessários realização do relatório supra citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário. As informações financeiras deverão ser devidamente encaminhadas pela Emissora até 1 (um) dia antes do encerramento prazo para publicação do relatório conforme disposto na Lei das S.A. e os atos societários e organograma seu grupo societário deverão ser encaminhados em até 30 (trinta) dias antes do encerramento de tal prazo
- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informação pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização e pagamento da Remuneração e outros pagamentos relativos às Debêntures efetuados no período;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração acerca exequibilidade das Garantias das Debêntures, sendo certo e reconhecido por cada subscritor de Debêntures da Emissão que o Agente Fiduciário não se pronunciará a respeito à suficiência das Garantias;
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - 1. denominação da companhia ofertante;

2. valor da emissão;
 3. quantidade de debêntures emitidas;
 4. espécie;
 5. prazo de vencimento das debêntures;
 6. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;
 7. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- xii) disponibilizar o relatório a que se refere o item (xi) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de (quatro) meses, contado a partir do encerramento de cada exercício social da Emissora. O relatório deve estar disponível ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) na sede do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado; (c) na CVM; e (d) nas dependências do Coordenador Líder, conforme indicado pelo Coordenador Líder;
- xiii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- xiv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus respectivos endereços, incluindo seu respectivo endereço, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- xv) fiscalizar o cumprimento das disposições constantes desta Escritura e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- xvi) notificar os titulares das Debêntures – se possível individualmente – no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contado a partir da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local e/ou os meios mediante os quais fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, conforme aplicável;
- xvii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- xviii) acompanhar a apuração dos índices e/ou limites financeiros, na periodicidade prevista e conforme previsto nesta Escritura ou nos Documentos das Garantias, com base nas informações fornecidas pela Emissora, no termos da Cláusula V acima;
- ix) verificar a regularidade da constituição das Garantias (real e fidejussória) referida no item 4.5 acima, no termos dos Documentos de Garantia; (ii) a manutenção de sua exequibilidade; e (iii) o valor dos bens dados em garantia, na forma e de acordo com os limites previstos nos Documentos de Garantia;
- x) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação; e

xxi) disponibilizar diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11 acima, o Agente Fiduciário poderá lançar mão de quaisquer procedimentos, quer sejam judiciais ou extrajudiciais, em face da Emissora para a proteção e defesa dos interesses e comunhão dos Debenturistas na realização de seus respectivos créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o respectivo Valor Nominal Unitário e/ou saldo do Valor Nominal Unitário, Remuneração e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;
- ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável, quando aplicável;
- iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (i) a (iv) acima se, convocada uma AGD, tal AGD assim o autorizar por deliberação dos titulares das Debêntures.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura até a Data de Encerramento, sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

6.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assinados e liberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

6.10. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada uma AGD, em até 3 (três) dias corridos, contados a partir do evento que a determinar, para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário – a ser substituído –, pela Emissora, pelo

titulares das Debêntures, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias úteis antes o término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear um agente fiduciário substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário que seja superior à remuneração prevista nesta Escritura.

- 6.10.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá o Agente Fiduciário comunicar imediatamente tal fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.
- 6.10.2. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu respectivo substituto, em AGDs especialmente convocadas para tal fim, nos termos desta Escritura.
- 6.10.3. Caso ocorra efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto perceberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, similar em todos os respectivos termos e condições, ficando estabelecido que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário da Emissão. A remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em AGD.
- 6.10.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9 da ICV 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores que versem a esse respeito.
- 6.10.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado na JUCERJA.
 - 6.10.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso, a cada um dos Debenturistas, nos termos da Cláusula IX abaixo.
 - 6.10.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à presente Escritura, inclusive, até sua efetiva substituição, a Data de Vencimento, ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.
- 6.10.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

1. Os Debenturistas de cada Série poderão, a qualquer tempo, deliberar sobre os assuntos pertinentes à missão mediante AGD, aplicando-se a cada tal AGD, no que for pertinente, as disposições do artigo 71 da Lei 6.802/90.

- 7.1.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, virem a envolver direta ou indiretamente, interesses dos Debenturistas, deverão ser, obrigatoriamente, comunicados sob a forma de "Avi aos Debenturistas", a ser enviado a cada um dos Debenturistas conforme as disposições da Cláusula IX abaixo.
- 7.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou pelos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação da respectiva Série, conforme o item 7.2.1 abaixo, ou, ainda, pela CVM.
- 7.2.1. A convocação para cada AGD dar-se-á nos termos do item 7.2 acima, através de anúncio publicado de acordo com as regras aplicáveis à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.
- 7.3. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para assembleias gerais de acionistas.
- 7.3.1. A presidência da AGD caberá ao Agente Fiduciário ou ao Debenturista que for designado pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
- 7.4. As AGDs de cada Série serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias.
- 7.4.1. A convocação para a realização de AGD em segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data marcada para a respectiva instalação, podendo ser realizada por ocasião da primeira convocação.
- 7.4.2. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecer a totalidade de titulares das Debêntures em circulação.
- 7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das S.A., a AGD de cada uma das Séries instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.
- 7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu respectivo titular o direito a 1 (um) voto nas AGDs de cada uma das Séries, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura ou na legislação aplicável, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria simples das Debêntures em circulação, sendo nula a constituição de mandatários dos titulares de Debêntures da respectiva Série, Debenturistas ou não.
- 7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6 acima, qualquer alteração: (i) no respectivo Prazo de Vigência das Debêntures; (ii) na data de pagamento do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das AGDs de cada Série (v) à Cláusula 4.11 acima; e (vi) das Garantias concedidas, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

- 7.6.2. A não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11.3 da Escritura, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, maioria simples das Debêntures em circulação.
- 7.6.3. Com relação aos Debenturistas que em AGD forem contrários à permissão para instituição de Companhia de novos Gravames, nos termos do item 4.11.1(xx) acima, a Companhia deverá realizar a recompra de suas Debêntures pelo VNU acrescido de Remuneração calculada *pro rata temporis* partir da Data de Subscrição e Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior em até 10 (dez) dias úteis após a AGD convocada para a deliberação respeito da permissão de instituição de novos Gravames.
- 7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas como Debêntures em circulação as Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures quaisquer Debêntures detidas pela Emissora e mantidas em tesouraria, ou por suas respectivas Afiliadas, respectivos diretores e/ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.
- 7.8. Será facultada a presença dos representantes legais e/ou procuradores da Emissora nas AGDs.
- 7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

- 8.1. A Emissora declara e garante a todos e quaisquer Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data de assinatura desta Escritura:
- i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, incluindo, sem limitação a Lei das S.A.;
 - ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários;
 - iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
 - iv) esta Escritura, os Documentos das Garantias e as obrigações aqui e ali previstas, constituem obrigação lícita, válida e vinculante da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
 - v) a celebração desta Escritura, a formalização dos Documentos das Garantias, a realização da Emissão e colocação das Debêntures não infringem nenhuma disposição legal, regulatória, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora seja parte nem importará: (a) no vencimento antecipado de obrigações estabelecidas em quaisquer de tais contratos e/ou instrumentos; (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; ou (c) na criação de qualquer ônus sobre quaisquer ativos ou bens da Emissora e/ou de suas Afiliadas, exceto pelas Garantias indicadas no item 4.5 acima;

- vi) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações, concessões e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto na hipótese em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora;
 - vii) em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil, a Emissora e suas Afiliadas não possuem quaisquer passivos materiais que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos materiais ou contingências materiais decorrentes de operações praticadas, que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas;
 - viii) as demonstrações financeiras auditadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 e não auditadas referentes ao período que vai até 30 de setembro de 2013 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, de forma consolidada;
 - ix) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos da Escritura e dos Documentos das Garantias incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula III acima;
 - c) as informações fornecidas pela Emissora e pela Garantidora aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
 - i) não omitiram ou omitirão nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados nas Debêntures;
 - ii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
 - iii) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais, autarquias e/ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais e/ou administrativos apropriados, e/ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Emissora; e
 - iv) não prestaram declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário ou qualquer empresa integrante do grupo econômico do Agente Fiduciário, e desde a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado.
- 1.2. A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.



CLÁUSULA IX – NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos dos Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

i) se para a Emissora:

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.813, Centro
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20020-080

Tel.: 55-21-3077 0077
Fax: 55-21-3077 0060
At.: Sr. Angel Javier Casaseca de Prada
Email: jcasaseca@isoluxcorsan.com

ii) se para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514 – Barra da Tijuca
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22640-102

Tel: 55-21- 3385-4565
Fax: 55-21-3385-4046
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro, Sr. Marco Aurélio Ferreira
Email: backoffice@pentagontrustee.com.br

iii) se para o Escriturador, Mandatário e/ou Banco Liquidante:

BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara – Prédio Amarelo, 2º andar
Osasco – SP, CEP: 06029-900

Tel.: 55-11- 3684-7911 / 55-11-3684-2852
Fax: 55-11-3684.2704
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiante@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

iv) se para o CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo – SP, CEP: 01452-001

Tel.: 55-11- 3111-1596
Fax: 55-11- 3115-1564
At: Gerência de Valores Mobiliários
Email: gr.debentures@cetip.com.br

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar
Rio de Janeiro -RJ, CEP: 20031-170

Tel.: 55-21- 2276-7474
Fax: 55-21- 2252-4308 / 55-21-2262-5481

2. As notificações e/ou comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu respectivo recebimento seja confirmado por meio e indicativo de recebimento (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a cada uma das demais pessoas indicadas nesta Cláusula IX pela pessoa que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 **Ausência de Vínculo:** esta Escritura não implica a formação de qualquer vínculo de qualquer natureza entre a Emissora, a Garantidora e os Debenturistas, nem entre uma parte e os empregados e contratados da outra parte, permanecendo cada parte exclusivamente responsável pela remuneração e respectivos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, bem como pelas reclamações e ações de seus funcionários, empregados e/ou contratados, devendo a uma parte a outra parte a salvo de tais reclamações, ações e demandas, e indenizá-la de todas e quaisquer quantias, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais devidas em decorrência de tais reclamações, ações e demandas, inclusive reivindicações relativas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e quaisquer direitos previdenciários.

1.2 **Independência das Disposições:** se qualquer termo ou outra disposição desta Escritura for considerado válido, legal ou inexecutável diante de qualquer norma legal e/ou de ordem pública, todos os demais termos e disposições desta Escritura permanecerão, independentemente, em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o contrato econômico e jurídico das operações contempladas nesta Escritura não for prejudicado. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexecutável, a Emissora e os Debenturistas negociarão de boa fé a alteração desta Escritura de modo a fazer vigorar sua intenção original da melhor maneira possível, e de modo que as transações aqui contempladas sejam realizadas e preservadas.

1.3 **Renúncia:** o não exercício por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário de quaisquer de seus direitos, ou a não execução de quaisquer dos termos ou condições desta Escritura não serão considerados renúncia a esses direitos, exceto quanto a direitos especificamente limitados à data de seu exercício. Não impedirão qualquer um dos Debenturistas, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário de fazer valer ou exercer quaisquer desses direitos.

- 10.3.1 A eventual tolerância, por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições desta Escritura, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação, transação, perda, renúncia ou dispensa da obrigação assumida, nem desistência do cumprimento das disposições aqui contidas, ainda que o dispositivo violado possa ser considerado como cancelado ou modificado unilateralmente.
- 10.4 **Irrevogabilidade:** a presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as Partes por si e seus sucessores a qualquer título.
- 10.5 **Acordo Integral:** esta Escritura e os Documentos das Garantias constituem o único e integral acordo em relação aos negócios aqui contidos e/ou contidos nos Documentos das Garantias. Quaisquer documentos, compromissos e avenças anteriores, orais, escritos ou de outra forma estabelecidos entre a Emissora e os Debenturistas, o Coordenador Líder, ou outra pessoa, conforme o caso, e referentes ao objeto desta Escritura serão considerados cancelados e não afetarão ou modificarão quaisquer dos seus termos ou obrigações estabelecidos nesta Escritura.
- 10.6 **Execução Específica e Título Executivo Extrajudicial:** para os fins da presente Escritura, a Emissora entende e aceita que a presente Escritura representa um título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos legais especialmente aqueles contemplados pela Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), e que as obrigações contidas nesta Escritura estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 461, 632 et seq. do Código de Processo Civil.
- 10.7 **Acordo Mútuo, Boa-fé e Equidade:** as Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
- 10.8 **Verificação de Veracidade:** sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos de administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido entregue e seja, encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 10.9 **Endividamentos Permitidos.** A Emissora poderá, a qualquer momento e sem qualquer ônus financeiro, solicitar aos titulares das Debêntures aprovação para outros novos endividamentos além dos que já forem previstos na Data de Emissão, ou ainda, solicitar eventuais alterações nas características dos Endividamentos Permitidos anteriormente ("Pedido de Endividamento Adicional"). O Pedido de Endividamento Adicional deverá conter as informações do novo financiamento em estudo, a exemplo de: nome da empresa em que a dívida será tomada; demonstrações financeiras atualizadas, volume proposto da operação, prazo total, prazo de carência, fluxo de pagamento de principal e de juros, remuneração, *covenants* financeiros, dentre outros aspectos que poderão ser solicitados pelos debenturistas. Neste contexto, após o recebimento pelos debenturistas do Pedido de Endividamento Adicional, será avaliado o efeito do financiamento proposto na Emissão atual, tendo também como base as premissas e informações operacionais disponíveis na época.

CLAUSULA XI Foro

11.1. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões e/ou conflitos porventura oriunda desta Escritura.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2013

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

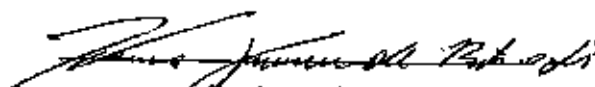


Angel Javier Casasaca de Prada
Diretor Geral


(restante da página intencionalmente deixado em branco)


Página de assinaturas da "Escriitura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, em Até 4 (Quatro) Séries, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição com Esforço Restrito da Isolux Energia e Participações S.A.", firmada em 05 de dezembro de 2013

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Pedro Silva
Procurador

TESTEMONHAS


Nome: 1. ALEXANDRE ANTÔNIO LIBERMANO
RG: V. 405.013-4
CPF: 734.852.681-84


Nome: _____
RG: 26936409.7
CPF: 148306658.40

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DA EMISSORA ATESTANDO O COMPRIMENTO DA ENTRADA EM OPERAÇÃO DAS TRANSMISSORAS

[DATA]

À Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca
22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio
Ferreira

Fazemos referência ao "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Até 4 (Quatro) Séries, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Isolux Energia e Participações S.A.", celebrado em 05 de dezembro de 2013, entre Isolux Energia e Participações S.A., na qualidade de emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário e representante dos debenturistas, ("Escritura de Emissão"). Os termos grafados em letra maiúscula, a menos que definidos de outra maneira neste instrumento, terão os significados estabelecidos na Escritura de Emissão.

Os representantes legais da Emissora declaram, neste ato, de forma irrevogável e irretirável: (i) que estão devidamente autorizados a emitir a presente declaração; e (ii) o comprovante da entrada em operação da Jauru na operação do Trecho Norte, e da entrada em operação de Xingu, Macapá, Cachoeira, Itacuíúnas e Taubaté, nos termos da alínea "d" inciso "xviii" da cláusula 4.11.1. da Escritura de Emissão.

As declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão permanecem integralmente válidas e verdadeiras na presente data. A Emissora e os Fiadores declaram, ainda, que não está em curso nenhum dos eventos de vencimento antecipado previstos na Escritura de Emissão.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•]

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
NA QUALIDADE DE EMISSORA

Angel Javier Casaseca de Prada
Diretor Geral